

Mitsui Sumitomo Seguros

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

| CNPJ/MF nº 33.016.221/0001-07

www.msig.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

resultado de R\$ 234 será utilizado para amortização de prejuízos acumulados. Dentre os trabalhos implantados, queremos destacar a estruturação das áreas de atendimento aos segurados e corretores, os novos serviços de assistências nos produtos massificados e o kit apólice digital para novos produtos. Destaca-se ainda, as ações sociais realizadas pela empresa e seus colaboradores. Foram nove campanhas na longo do ano, beneficiando várias entidades que cuidam de pessoas carentes e portadoras de necessidades especiais. Ressaltamos que a Mitsui Sumitomo reobou quatro premiações em 2011, sendo classificadas nas mais importantes categorias: "Melhor Desempenho Global", "Melhor Desempenho em Auto", "Melhor Desempenho em Responsabilidades" e "Melhor Desempenho em Property". Avaliação realizada pelo economista Luiz Roberto Castiglione, para conglomerados de Médio Porte, com faturamento até R\$ 1,5 bilhão, pelo Prêmio Segurador Brasil 2011.

Para o próximo exercício, a Mitsui Sumitomo Seguros dará continuidade ao seu plano de expansão territorial, através da consolidação de novos filiais em regiões já exploradas, além do desenvolvimento contínuo de novos serviços e procedimentos online ao corretor, de maneira a facilitar e melhor atender suas necessidades e de seus clientes. A Mitsui Sumitomo Seguros é uma subsidiária do grupo MS & AD Insurance Group que está presente em todo o mundo, e dispõe de uma rede de escritórios interligada, distribuída pelas Américas, Europa, Ásia e Oceania. Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e Órgãos de Classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do exercício e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E EM 1 DE JANEIRO DE 2010

		(Em milhares de reais - R\$)							
A T I V O	Nota explicativa	31/12/11	31/12/10	01/01/10	P A S S I V O	Nota explicativa	31/12/11	31/12/10	01/01/10
		(Ajustado)		(Ajustado)				(Ajustado)	
Circulante		496.148	463.907	387.617	Circulante		512.808	470.114	404.631
Disponível		24.601	46.957	22.269	Contas a pagar		25.207	21.899	22.023
Caixa e bancos	8	3.729	3.833	3.133	Obrigações a pagar	17	14.098	14.352	11.093
Equivalente de caixa	8-9	20.872	43.124	19.136	Impostos e encargos sociais a recolher		7.373	1.336	8.390
Aplicação		9	66.095	62.399	Encargos trabalhistas		1.706	1.420	1.232
Títulos de renda fixa		-	-	10.540	Impostos e contribuições		1.940	2.671	1.308
Cotas de fundos de investimentos		55.449	67.077	51.803	Outras contas a pagar		90	2.120	-
Outras aplicações		650	650	649	Débitos de operações com seguros e resseguros		58.748	61.787	52.763
Créditos das operações com seguros e resseguros		174.177	157.839	139.481	Prêmios a restituir		3.797	2.319	684
Prêmios a receber	10	154.220	128.131	97.122	Operações com seguradoras		6.280	3.086	2.075
Operações com resseguradoras		2.979	2.326	975	Operações com resseguradoras	11.3	21.153	32.068	36.362
Outros créditos operacionais	11.1	10.557	18.936	39.143	Corretores de seguros e resseguros		27.518	23.459	13.642
(-) Redução ao valor recuperável (PDD)		10	(4.701)	(1.439)	Outros débitos operacionais		-	855	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas		11.2	201.805	155.477	Depósitos de terceiros	19	7.778	27.918	20.195
Títulos e créditos a receber		3.327	2.182	1.881	Provisões técnicas de seguros		421.075	358.510	309.650
Títulos e créditos a receber		103	44	331	Danos		418.809	355.623	305.528
Créditos tributários e previdenciários	12	1.747	1.111	898	Provisão de prêmios não ganhos	18	188.794	178.202	139.715
Depósitos judiciais e fiscais		1.365	935	627	Provisão de sinistros a liquidar	18	205.350	137.895	150.695
Outros créditos		112	25	67	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	18	24.471	35.768	11.615
Outros bens		4	5.990	4.280	Outras provisões	18	194	3.758	3.503
Bens à venda	14	4.649	5.823	4.114	Pessoas		2.266	2.887	4.122
Outros valores		171	167	166	Provisão de prêmios não ganhos	18	215	120	194
Empréstimos e depósitos compulsórios			13	9	Provisão de sinistros a liquidar	18	1.692	2.391	3.346
Empréstimos e depósitos compulsórios		-	13	9	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	18	242	348	559
Despesas antecipadas		2.139	539	592	Outras provisões	18	117	28	23
Custo de aquisição diferidos	13	29.180	27.183	24.352	Passivo não circulante	21	6.680	5.591	6.647
Ativo não circulante		193.160	181.442	183.627	Contas a pagar	21	3.449	3.901	3.763
Reservas de longo prazo		9	159.988	143.310	Tributos diferidos		540	482	299
Aplicações		9	159.988	143.310	Outras contas a pagar		2.909	3.419	3.464
Títulos de renda fixa		159.988	143.310	143.310	Outros débitos		3.231	1.690	2.884
Títulos e créditos a receber		6.675	10.220	11.763	Provisões judiciais	20	3.231	1.665	2.884
Títulos e créditos a receber		3.987	3.747	3.117	Outras provisões		-	25	-
(-) Redução ao valor recuperável		(630)	(630)	-	Patrimônio líquido	22	169.820	169.644	159.966
Créditos tributários e previdenciários	12.1	1.875	9.548	10.444	Capital social		281.368	281.368	221.368
(-) Provisão para riscos de créditos tributários e previdenciários	12.1	(692)	(7.203)	(5.876)	Aumento de capital em aprovação		-	-	60.000
Depósitos judiciais e fiscais		2.135	4.758	4.078	Reservas de reavaliação		2.145	2.272	2.318
Investimentos		40	219	219	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(77)	(77)	(311)
Outros investimentos		135	219	219	Prejuízos acumulados		(113.616)	(113.921)	(123.409)
(-) Provisão para desvalorização	15	(40)	(219)	(219)	Total do passivo		689.308	685.349	571.244
Imobilizado		15	17.209	17.757					
Imóveis		13.527	14.133	14.739					
Bens móveis		3.682	2.754	3.018					
Intangíveis	16	2.998	11.092	11.797					
Outros intangíveis		9.288	11.025	12.797					
Total do ativo		689.308	645.349	571.244					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

		(Em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reavaliação	Ajuste TVM (311)	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009		221.368	60.000	2.318	(311)	(123.409)	159.966
Ajustes de exercícios anteriores	2.6	-	-	-	-	(1.054)	(1.054)
Aprovação do aumento de capital	22	60.000	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação	22	-	-	(46)	-	70	24
Realização		-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	236	-	236
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.472	10.472
Originalmente apreendido		-	-	-	-	-	-
Alteração de exercícios anteriores	2.6	-	-	-	-	10.472	10.472
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Ajustados)		281.368	60.000	2.272	(75)	45	169.644
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-
Realização	22	-	-	(127)	-	71	(56)
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	(2)	-	(2)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	234	234
Saldos em 31 de dezembro de 2011		281.368	60.000	2.145	(77)	(113.616)	169.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores em milhares de reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos nº 415 - 1ª andar, cujo controlador em última instância, é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a comercialização de seguros de automóveis, ramos elementares e vida e sua atuação se dá no território brasileiro e em mercados internacionais.

2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e contempla as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, e as principais alterações da Resolução SUSEP nº 115, de 12 de maio de 2011, e as alterações da Resolução SUSEP nº 41, e 43 (RR) a partir de 2011 (os CPCs 1 a 10, 12 e 13 já haviam sido aprovados pela SUSEP para adoção pelas seguradoras em 2008). • Aprovação das Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 04 a 11, com exceção da opção da adoção atribuição de custo inicial (deemed cost), publicada na ICPC 10, que não foi permitido pela SUSEP. • Instituição de um novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, a partir de 1º de janeiro de 2011. • **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação dessas demonstrações financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido que contemplam as demonstrações dos resultados abrangentes, e as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

2.3. Demonstração de resultados abrangentes: A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado permitido pelos CPCs. **2.4. Operações descontinuadas:** Não houve atividades de participação descontinuadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Seguradora não tem atividades descontinuadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Seguradora mantém o investimento no IRB contabilizado ao custo, sem nenhum ajuste foi efetuado.

3. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são instrumentos financeiros que representam obrigações ou direitos com características de dívida e que são emitidos por entidade que não seja emitente de dívida. Os ativos financeiros são classificados em:

- a) **Instrumentos financeiros** - A Seguradora reclassificou os seus ativos e passivos financeiros dentro das quatro categorias previstas no CPC 38 e os está apresentando conforme requerimentos dos CPCs 39 e 40.
- b) **CPC 11** - a Seguradora efetuou a avaliação dos seus contratos de seguro, a verificação de derivativos embutidos e passou a efetuar o teste de adequação do passivo conforme requerido pelo CPC 11. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Seguradora não tinha derivativos embutidos em seus contratos de seguros. As principais modificações introduzidas pelo CPC 11 são:
 - Necessidade de classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos.
 - Necessidade de separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo.
 - Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros que ainda não existem ou não estão vigentes.
 - Necessidade de avaliação de risco.
 - Necessidade de elaboração de teste anual do passivo relacionado a contratos de seguros ou participação discricionária (LAT - Liability Adequacy Test), a partir da data-base de 30 de junho de 2011.
 - Mensuração a valor justo dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional).
 - Permissão para reconhecimento da característica de participação discricionária em contratos de seguros.
 - Necessidade de divulgação de informações adicionais relacionadas a contratos de seguros.
 - **Valor justo de investimentos de ativos disponíveis para venda em mercado ativo** - o CPC 38 requer que a entidade calcule o valor justo de investimentos classificados como disponíveis para venda que estão em um mercado inativo. No Brasil não há mercado ativo para investimentos do IRB e existem restrições legais de venda/negociação sobre tais investimentos. Contudo, a SUSEP segue a instrução CVM nº 247/96 afirmando que investimento do IRB pode ser negociado em mercado secundário pelo valor justo. Portanto, a Seguradora mantém o investimento no IRB contabilizado ao custo, sem nenhum ajuste foi efetuado.
- c) **Ativos intangíveis** - A Seguradora mantém como ativos intangíveis os *softwares* em desenvolvimento e em produção, classificados de acordo com o CPC 04 - Ativos Intangíveis.
- d) **Teste de adequação do passivo** - o CPC 11 introduziu o conceito de teste de adequação do passivo que consiste na avaliação do passivo da entidade, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos e ajustando-as às operações com passivo ou como um pagamento separado pelo valor justo. Os resultados exclusivamente relacionados aos títulos contábeis de R\$ 100.000,00, definidos estritamente em caso de deficiência, o valor é reconhecido por meio da constituição de uma provisão específica. As premissas utilizadas são:
 - A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal, deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas.
 - O teste é realizado em um nível de agrupamento e tipos de contratos que estão sujeitos a riscos similares e são gerenciados conjuntamente como uma carteira única.
 - O nível mínimo corresponde aos 12 grupos já instituídos pela SUSEP, nível máximo, por ramo.
 - O fluxo consiste as seguintes linhas: número de sinistros, ocorrência de sinistros de perda total, prêmios pagos, riscos vigentes, comissão de corretagem e custo administrativo. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Seguradora aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais de aplicação das demonstrações financeiras, é o Real (RS). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.
- e) **3.2. Apuração de resultado:**
 - O resultado é apurado pelo regime de decimais e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais.
 - As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de operações com provisões técnicas.
 - As despesas de custos são apropriadas às estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão.
 - Os prêmios de cosseguro e resseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de cosseguro/resseguro (propostas) das seguradoras/resseguradoras e diferidos para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas através de constituição da provisão de prêmios não ganhos.
 - Custos de aquisição diferidos - A Seguradora possui uma política de capitalização de certos custos de aquisição relacionados com comissões pagas aos agentes e corretores. O CPC 11 permite que esses custos de aquisição sejam capitalizados. Nenhum ajuste foi efetuado, não há existe obrigação de capitalizar custos de aquisições capitalizados além daqueles que já são capitalizados pela Seguradora.
 - Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.
 - **3.3. Contratos de seguros:** De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros e Carta Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros". Os contratos de resseguros são classificados como "Contratos de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos de operações com comissões pagas aos agentes e corretores, que representam as respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados principalmente por sinistros a recuperar e provisão de reservas técnicas. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradoras são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.
 - **3.4. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.
 - a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:
 - For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
 - No reconhecimento inicial é parte de

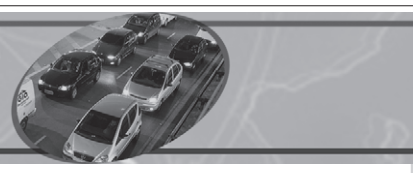
uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam divididos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado.
- b) **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.
- c) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários".
- d) **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e aloca sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil pelo faturamento do valor justo reconhecido no balanço patrimonial. A taxa de juros efetiva apresenta a composição dos principais ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo classificados pelos níveis hierárquicos e os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, demonstrando os saldos contábeis e os valores justos:

Classificação	Saldo contábil	31/12/2011		31/12/2010	
		Saldo	Valor justo	Saldo	Valor justo
Ativos financeiros					
Ativos mensurados ao valor justo					
Equivalentes de caixa	Nível 1	20.872	20.872	43.124	43.124
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimento	Nível 1	55.449	55.449	67.077	67.077
Ativos financeiros do tesouro	Nível 1	159.988	159.988	143.310	143.310
Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações com títulos e créditos a receber		174.177	174.177	157.839	157.839
Total		10.002	10.002	12.402	12.402
Passivos financeiros					
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Contas a pagar		28.656	28.656	25.800	25.800
Débitos de operações com seguros e resseguros		58.148	58.148	787.787	787.787
Total		87.404	87.404	85.787	85.787

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo. Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados no mercado ativo mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota reconhecida em outros resultados abrangentes no balanço patrimonial. Mensurações de valor justo de fundos de investimento são ajustadas ao valor justo, em



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores em milhares de reais - R\$)

financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entendemos razoáveis e relevantes. A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras: **4.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido/baixado pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando os alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar-lo, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. **4.2. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilização, água e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Até as datas de encerramento dos períodos nenhuma evidência foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas de encerramento dos períodos nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual. **4.3. Provisões judiciais:** A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui as avaliações das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **4.4. Provisão para riscos sobre créditos:** A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.k é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis. **4.5. Provisões técnicas de seguros e teste de adequação de passivos - TAP:** As provisões técnicas de seguros e o teste de adequação de passivos também utilizam de premissas e escolha de estimativas por parte da Administração da Seguradora, conforme descrito na nota explicativa nº 3.p. **5. Gerenciamento de Riscos:** **5.1. Comitê de Underwriting:** O comitê de Underwriting tem o objetivo de, através de normas, efetuar discussões e aprovações no tocante à aceitação de riscos específicos/vultosos, que possam gerar reflexos na gestão operacional da Seguradora. A periodicidade de realização do comitê deverá ser 2 vezes por mês a princípio, ou, quando necessário, efetuar reunião extraordinária. **5.2. Comitê de gerenciamento de risco e Compliance:** O Comitê tem por objetivo desenvolver e melhorar o sistema de gerenciamento de risco, das normas da Seguradora, prevenção a Lavagem de Dinheiro, assegurando que a Diretoria e todos os funcionários cumpram rigorosamente as normas estabelecidas e as leis do País. O Comitê é realizado uma vez ao mês. Além do Comitê normal, o *Chairman* poderá convocar o Comitê quando for necessário. O comitê em conjunto com os gestores tem a missão de garantir que todos os riscos sejam identificados e alocados aos responsáveis do Departamento, definindo as ações corretivas e que estas estejam documentadas. O Comitê também deverá monitorar se os planos de ação corretiva estão sendo implementados de acordo com os prazos fixados. **5.3. Riscos de seguro:** O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuamos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos. O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimado segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros. A estratégia de subscrição visa direcionar as operações de seguros para assegurar o balançamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de risco dos contratos de seguros. Como forma de diluir o impacto da incerteza na aceitação de riscos sob risco, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro considerados condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A política de aceitação de riscos considera a experiência histórica e premissas atuariais. As indenizações são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste, sendo que sua aprovação pode ser dada somente pelo Comitê de Underwriting, observando os períodos máximos constantes no Código Civil. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período longo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (BNR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser pago nestes contratos. O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final mostre-se diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR e a Provisão de Sinistros a Liquidar. Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa à matéria em questão. Na estimativa da Provisão de Sinistros a Liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas na experiência histórica, bem como da perícia e avaliações específicas com relação ao bem sinistrado. **5.4. Análise de sensibilidade:** Nos testes de adequação de passivos, constatou-se que a Seguradora dispõe de um superávit de R\$262 milhões, resultantes do valor presente dos fluxos de caixa futuros, referentes aos sinistros associados aos riscos vigentes em 31 de dezembro de 2011, e que expirarão após aquela data. A despeito de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de vários fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo afetam o comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. É esperado que ocorram variações em número de sinistros influenciados pelas mais diversas situações, até mesmo que o sinistro possua uma característica randômica que pode levar em um momento qualquer o incremento de sinistros de grandes valores, infringindo perdas não esperadas para a Seguradora. A tabela abaixo simula a sensibilidade ao Resultado e ao Patrimônio Líquido, caso a sinistralidade varie em 10% em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes, em 31 de dezembro de 2011.

Premissas	Variação	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Aumento da sinistralidade (sinistro retido/premio ganho)	+10%	(27.329)	(27.329)	(17.906)	(17.906)
Diminuição da sinistralidade (sinistro retido/premio ganho)	-10%	27.329	27.329	17.906	17.906
5.5. Sensibilidade das estimativas: Os ativos são classificados pelo valor justo. Estes ativos são avaliados com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados, quando disponível. O teste de sensibilidade demonstra o efeito decorrente da variação das Taxas de Juros no Patrimônio Líquido, nas aplicações financeiras, bem como nas Receitas Financeiras. Como premissa, utilizou-se a variação de 2 pontos percentuais como intervalo de variabilidade da Taxa Básica de Juros.					
Em 31/12/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)					
		Originalmente apresentado 31/12/10	Reclassificações Circ. 424	Ajustes	31/12/10 (Reapresentado)
Ativo circulante		489.982	(26.666)	591	463.907
Disponíveis		3.833	-	-	3.833
Equivalente de caixa		-	-	-	-
Aplicações		110.260	(43.124)	591	67.727
Créditos das operações com seguros e resseguros		272.515	(114.676)	-	157.839
Ativos de resseguro - provisões técnicas		-	155.477	-	155.477
Titulos e créditos a receber		2.182	-	-	2.182
Outros valores e bens		5.990	-	-	5.990
Empreendimentos e depósitos compulsórios		13	-	-	13
Despesas antecipadas		53	-	-	53
Custos de aquisição diferidos		27.183	-	-	27.183
Ativos não circulante		182.755	(67.467)	(1.313)	181.442
Realizável a longo prazo		153.530	-	-	153.530
Aplicações		143.310	-	-	143.310
Titulos e créditos a receber		10.220	-	-	10.220
Investimentos		591	-	(591)	16.887
Imobilizado		11.747	-	(722)	17.757
Intangível		672.737	(26.666)	(722)	645.349
Total do ativo		672.737	(26.666)	307	646.371
Passivo circulante		496.473	(26.666)	307	470.114
Contas a pagar		21.592	-	-	21.592
Débitos de operações com seguros e resseguros		88.453	(26.666)	-	61.787
Débitos de terceiros		27.918	-	-	27.918
Provisões técnicas de seguros		358.510	-	-	358.510
Passivo não circulante		5.611	-	(20)	5.591
Contas a receber		3.946	-	(45)	3.901
Outros débitos		1.665	-	25	1.690
Provisões judiciais		1.665	-	-	1.665
Outras provisões		-	-	25	25
Patrimônio líquido		170.653	-	(1.009)	169.644
Capital social		281.368	-	-	281.368
Aumento de capital em aprovação		-	-	-	60.000
Reservas de reavaliação		2.272	-	-	2.272
Reservas com titulos e valores mobiliários		(112.912)	-	(1.009)	(113.921)
Prejuizos acumulados		-	-	(722)	645.349
Total do passivo		672.737	(26.666)	(722)	645.349

Em 31/12/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Originalmente apresentado 31/12/10	Reclassificações Circ. 424	Ajustes	Em 01/01/10 (data de transição)	
				Originalmente apresentado 31/12/09	Reclassificações Circ. 424
Ativo circulante					
Disponíveis	3.833	-	-	3.833	-
Equivalente de caixa	-	-	-	-	-
Aplicações	110.260	(43.124)	591	67.727	(9.313)
Créditos das operações com seguros e resseguros	272.515	(114.676)	-	157.839	(109.465)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	155.477	-	155.477	(131.761)
Titulos e créditos a receber	2.182	-	-	2.182	-
Outros valores e bens	5.990	-	-	5.990	-
Empreendimentos e depósitos compulsórios	13	-	-	13	-
Despesas antecipadas	53	-	-	53	-
Custos de aquisição diferidos	27.183	-	-	27.183	-
Ativos não circulante	182.755	(67.467)	(1.313)	181.442	(591)
Realizável a longo prazo	153.530	-	-	153.530	-
Aplicações	143.310	-	-	143.310	-
Titulos e créditos a receber	10.220	-	-	10.220	-
Investimentos	591	-	(591)	16.887	(591)
Imobilizado	11.747	-	(722)	17.757	-
Intangível	672.737	(26.666)	(722)	645.349	(9.313)
Total do ativo	672.737	(26.666)	307	646.371	(404.631)
Passivo circulante	496.473	(26.666)	307	470.114	(9.313)
Contas a pagar	21.592	-	-	21.592	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	88.453	(26.666)	-	61.787	(9.313)
Débitos de terceiros	27.918	-	-	27.918	-
Provisões técnicas de seguros	358.510	-	-	358.510	-
Passivo não circulante	5.611	-	(20)	5.591	-
Contas a receber	3.946	-	(45)	3.901	-
Outros débitos	1.665	-	25	1.690	-
Provisões judiciais	1.665	-	-	1.665	-
Outras provisões	-	-	25	25	-
Patrimônio líquido	170.653	-	(1.009)	169.644	-
Capital social	281.368	-	-	281.368	-
Aumento de capital em aprovação	-	-	-	60.000	-
Reservas de reavaliação	2.272	-	-	2.272	-
Reservas com titulos e valores mobiliários	(112.912)	-	(1.009)	(113.921)	-
Prejuizos acumulados	-	-	(722)	645.349	(9.313)
Total do passivo	672.737	(26.666)	(722)	645.349	571.244

Efeitos da adoção das mudanças do novo modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, instituído pela Circular SUSEP nº 424/11, e nas práticas contábeis adotadas na demonstração do resultado:

	Originalmente apresentado 31/12/10	Reclassificações Circ. 424	Ajustes	Em 31/12/10	
				(Reapresentado)	
Prêmios emitidos líquidos	358.462	-	-	-	358.462
Prêmios resseguros cedidos	(124.863)	124.863	-	-	-
Variação das provisões técnicas de prêmios	(2.879)	(35.587)	-	-	(38.466)
Prêmios ganhos	230.720	89.277	-	-	319.996
Recíta com emissão de apólices	-	9.428	-	-	9.428
Sinistros ocorridos	(153.400)	(57.143)	-	-	(210.543)
Custos de aquisição	(32.424)	(16.410)	-	-	(48.834)
Outras receitas e despesas operacionais	5.813	(9.428)	-	-	(3.615)
Resultado com resseguro	-	(17.022)	-	-	(17.022)
Recíta com resseguro	-	37.560	-	-	37.561
Despesa com resseguro	-	(54.582)	-	-	(54.582)
Despesas administrativas	(46.422)	-	125	-	(46.547)
Despesas com tributos	(8.656)	1.131	-	-	(7.525)
Resultado financeiro	22.710	1.67	-	-	22.877
Resultado patrimonial	508	-	(80)	-	428
Resultado operacional	18.848	-	(45)	-	18.894
Ganhos e perdas com ativos não correntes	830	-	-	-	830
(=) Resultado antes dos impostos e participações	19.679	-	45	-	19.724
Imposto de renda	(3.942)	-	-	-	(3.942)
Contribuição social	(2.381)	-	-	-	(2.381)
Participações sobre o resultado	(2.929)	-	-	-	(2.929)
lucro líquido do exercício	10.427	-	45	-	10.472

7. Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade e Revisitas: A Seguradora não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Modificações às IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas das IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010		
Modificações às IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011		
Modificações às IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011		
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013		
Modificações às IAS 12	Impostos diferidos - Recuperação dos ativos subvalorizados quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 407	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012		
Modificações às IAS 32	Classificação de direitos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010		
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos à terceiros de obrigação mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011		
IAS 24	O IASB emitiu uma revisão da norma a qual trata a divulgação de transações com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011		

	Variação %	R\$	Taxa de juros			Variação %	R\$
			-2.00%	11.00% a.a.	14.25%		
Patrimônio líquido ajustado	(0,24%)	(379)	157.568	157.949	158.319	0,24%	379
Patrimônio de investimentos	(0,17%)	(397)	235.907	236.305	236.695	0,17%	397
Riscos incorridos	(1,50%)	(397)	26.104	26.501	26.891	1,47%	390
PIS/COFINS	1,50%	18	1.214	1.232	1.250	1,47%	(18)

5. Concentração de riscos: A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma seguradora se encontra sujeita. Riscos oriundos de catástrofes são mitigados através de concentrações nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco (importância segura) no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos (brutos de resseguro) nos períodos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguro e co-seguro abordam os riscos e coberturas para catástrofes. Importância segura por regiões geográficas (*):

	31/12/2011					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Linhas de negócios						
Patrimonial	314.048	2.188.474	1.236.968	51.110.574	5.141.503	60.181.115
Riscos especiais	-	-	-	4.631.250	-	4.631.250
Responsabilidades	2.985	9.202	10.835	679.115	54.860	756.997
Automóveis	229.977	643.942	303.423	8.008.981	3.700.043	12.885.916
Transportes	-	-	-	6.316.896	-	6.316.896
Riscos financeiros	-	-	-	1.404	-	1.404
Pessoas coletivo	50	2.993	514	1.386.440	4.306	1.394.303
Total	548.266	3.032.503	1.551.740	72.134.660	8.900	

Mitsui Sumitomo Seguros

Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 33.016.221/0001-07

www.msig.com.br



18. Provisões Técnicas de Seguros: A composição das provisões técnicas registradas no passivo e as operações com resseguros registradas no ativo estão assim demonstradas em 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2011												
	Danos				Resp. civil -								
	Automóvel	Patrimonial	Resp. civil - auto	Transportes	Outros	Total	Pessoas	Total					
Provisão de sinistros a liquidar	20.725	137.170	12.357	9.369	3.597	22.132	205.350	1.692	207.042				
Provisão de IBNR (PPNG e PPNV-RVNE)	902	7.128	2.860	1.421	1.839	10.321	24.471	242	24.713				
Provisão de prêmios não ganhos	60.921	81.255	11.866	17.621	2.429	14.702	188.794	215	189.009				
Outras provisões	-	4	-	-	104	86	194	117	311				
Total	82.548	225.557	27.083	28.411	7.969	47.241	418.809	2.266	421.075				

	31/12/2010												
	Danos				Resp. civil -								
	Automóvel	Patrimonial	Resp. civil - auto	Transportes	Demaís	Total	Pessoas	Total					
Provisão de sinistros a liquidar	45.503	73.288	8.423	7.521	2.063	1.097	137.895	2.391	140.286				
Provisão de IBNR	2.957	28.906	1.448	998	1.435	24	35.768	348	36.116				
Provisão de prêmios não ganhos	65.181	88.607	9.284	12.901	2.134	95	178.202	120	178.322				
Outras provisões	385	3.331	42	-	-	-	3.758	28	3.786				
Total	114.026	194.132	19.155	21.462	5.632	1.216	355.623	2.867	358.510				

18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros

	Saldo em 31/12/10	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/11
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial)	140.286	268.266	(3.014)	(198.496)	207.042
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG e PPNV-RVNE)	178.322	514.917	(504.230)	-	189.009
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)	36.116	235.105	(246.508)	-	24.713
Outras provisões (PCP)	3.786	63.209	(66.684)	-	311
Total	358.510	1.081.497	(820.436)	(198.496)	421.075

18.2. Sinistros a liquidar em juízo: Do montante de R\$207.042 (R\$140.286 em 2010), o valor de R\$27.282 (R\$32.050 em 2010) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	2011				2010			
	Quantidade de processos	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor de abertura	Valor Provisionado			
Perda provável	2.968	45.669	24.638	24.638	29.400			
Perda possível	133	9.846	2.444	2.444	2.293			
Perda remota	277	28.582	200	200	857			
Total	3.378	84.097	27.282	27.282	32.050			

Para constituição das provisões de sinistros a liquidar judicial são considerados, além da probabilidade de perda, a comparação entre o valor do pedido e o valor da importância segurada, dos dois o que for menor. A movimentação de sinistros judiciais no período está assim representada:

	32.050
Constituições	1.330
Reversões/baixas	(2.737)
Pagamentos	(1.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.282

18.3. Tabela de desenvolvimento de sinistros:

Ano de ocorrência	Ano aviso do sinistro						
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Até 2006	114.764	21.583	11.601	3.916	126	986	152.796
2007	-	113.764	6.748	1.704	57	4	122.277
2008	-	-	73.836	23.448	117	18	97.419
2009	-	-	-	122.423	4.100	294	126.817
2010	-	-	-	-	169.599	33.220	202.819
2011	-	-	-	-	-	278.763	278.763
Total	114.764	135.347	92.185	151.491	173.999	313.285	981.071

Ano de ocorrência	Ano aviso do sinistro						
	Até 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Até 2006	74.456	19.865	8.417	3.552	7	986	107.283
2007	-	47.952	1.911	1.374	19	4	51.290
2008	-	-	66.816	22.528	46	24	89.414
2009	-	-	-	114.412	2.963	313	117.688
2010	-	-	-	-	150.765	9.383	160.088
2011	-	-	-	-	-	223.170	223.170
Total	74.456	67.817	77.144	141.866	153.740	233.880	748.903

19. Depósitos de Terceiros: Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Em 31 de dezembro de 2011 o montante é de R\$ 7.778 (R\$27.918 em 31 de dezembro de 2010).

Descrição	31/12/2011					
	1 a 30	31 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Superior a 365
Cobrança antecipada de prêmios	776	82	15	21	10	58
Prêmios e emolumentos recebidos	1.673	-	-	-	-	3.813
Outros depósitos	104	71	555	66	102	432
Total	2.552	153	570	87	112	4.303

Descrição	31/12/2010					
	1 a 30	31 a 60	61 a 120	121 a 180	181 a 365	Superior a 365
Cobrança antecipada de prêmios	1.182	198	451	26	93	87
Prêmios e emolumentos recebidos	2.091	3.636	7.573	4.349	1.106	4.828
Outros depósitos	212	478	259	292	1.034	23
Total	3.485	4.312	8.283	4.667	2.233	4.938

20. Outros Débitos - Depósitos e Provisões Judiciais: A Seguradora avaliou suas provisões judiciais de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referenciado pela Circular SUSEP nº 42/4/11.

20.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda

	2011						2010					
	Provável	Quant.	Valor	Possível	Quant.	Valor	Remota	Quant.	Valor	Total	Valor	
Trabalhistas (a)	1.455	9	41	3	-	8	1.496	526				
Cíveis (b)	1.413	61	322	25	-	55	1.735	1.139				
Total	2.868	70	363	28	-	63	3.231	1.665				

20.2. Movimentação das provisões judiciais

	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2010	526	1.139
Constituições/atualização monetária	616	1.329
Alterações nas estimativas	369	673
Baixas/pagamentos	(15)	(1.406)
Total	1.496	1.735

a) Provisões trabalhistas: A Seguradora é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais.

b) Provisões cíveis: Ações impetradas por segurados relacionadas, na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais.

c) Provisões fiscais: A Seguradora aderiu ao Programa de Refinanciamento REFIIS instituído pela Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 que concedeu redução de multas e juros conforme a forma de pagamento, aos contribuintes que optaram por liquidar os débitos tributários no âmbito dos Impostos Federais, perante a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da União e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, bem como a utilização de Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais para Compensação dos saldos destas Multas e Juros após aplicação do desconto. A referida lei permitiu também a inclusão de saldos remanescentes de programas semelhantes instituídos em legislações anteriores também oferecendo benefícios fiscais. A Seguradora optou pelo pagamento à vista desses tributos através de pagamento em dinheiro no montante de R\$26.561 com utilização de prejuízos fiscais no montante de R\$7.890, liquidando todos os débitos fiscais constantes nestes órgãos, bem como procedeu à destituição e renúncia aos direitos inerentes aos Processos Judiciais que estavam em curso de forma irrevogável.

21. Contas a Pagar - Longo Prazo: A provisão para tributos diferidos é referente à tributação sobre a reavaliação das edificações da Mitsui Sumitomo Seguros. E registrado como outras contas a pagar estão as provisões referentes a repasses de coseguro cedido e resseguro cedido sobre ressarcimentos de sinistros.

	31/12/11	31/12/10
Contas a pagar:		
Provisões para tributos diferidos	540	482
Outras contas a pagar	2.909	3.419
Total	3.449	3.901

22. Patrimônio Líquido: O capital social é de R\$281.368 representado por 59.106.248 (59.106.248 em 2010) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Em 24 de março de 2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$60.000 pela Portaria SUSEP nº 1.079, referente ao aumento ocorrido em dezembro de 2009, representado por 22.891.210 novas ações ordinárias, sem valor nominal. Os ajustes com títulos e valores mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 9, líquidos dos efeitos tributários. Reservas de reavaliação: Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

23. Ramos de Atuação da Seguradora: Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

	31/12/11		Índices %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade
Principais ramos:				
Automóvel	105.300	84.891	25.826	81
Garantia	140	4	25	(1)
Patrimonial	164.845	89.618	16.233	54
Responsabilidade civil	28.083	11.042	2.761	39
Responsabilidade civil - veículos	25.168	20.339	5.248	81
Transportes	13.886	8.904	2.583	64
DPVAT	36.431	31.705	530	87
Acidentes pessoais e vida em grupo	2.792	533	634	19
Outros	2.930	(249)	642	(9)
Total	379.575	246.786	54.482	65

	31/12/10		Índices %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade
Principais ramos:				
Automóvel	113.278	80.177	26.118	71
Garantia	228	(118)	22	(52)
Patrimonial	113.897	73.937	13.224	65
Responsabilidade civil	22.348	3.141	2.275	14
Responsabilidade civil - veículos	20.312	16.432	4.235	81
Transportes	10.617	5.372	1.475	51
DPVAT	34.335	29.884	490	87
Acidentes pessoais e vida em grupo	1.953	1.215	311	62
Outros	3.028	503	684	17
Total	319.996	210.543	48.834	66

24. Detalhamento de Contas das Demonstrações de Resultado:

	31/12/11		31/12/10	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custo de aquisição	Sinistralidade
24.1. Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	272.655	-	-	289.795
Prêmios de coseguros aceitos	60.784	-	-	47.371
Prêmios cedidos em coseguros	(7.343)	-	-	(17.264)
Prêmios - riscos vitais e não emitidos	24.240	-	-	4.414
Prêmios - DPVAT	36.473	-	-	34.146
Prêmios de retrocessões	1	-	-	-
Variação das provisões técnicas	(7.235)	-	-	(38.466)
Total	379.575	319.996		
24.2. Sinistros ocorridos				
Sinistros	312/11	312/10		
Recuperação de Sinistro	(295.844)	(204.443)		
Salvados	11.010	823		
Ressarcimentos	17.082	17.616		
Variação da provisão de IBNR	3.571	1.729		
Total	(246.786)	(210.543)		
24.3. Custos de aquisição				
Custos de aquisição	(53.952)	(50.714)		
Outros custos de aquisição	(2.316)	(1.648)		
Recuperação de comissões	70	532		
Variação das provisões técnicas	1.716	2.996		
Total	(54.482)	(48.834)		
24.4. Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas operacionais:				
DPVAT	2.345	2.655		
Assistência 24 horas	16.572	14.341		
Outras	949	116		
Total outras receitas	19.866	16.722		

	31/12/11		31/12/10	
	Outras despesas operacionais:			
Despesa com inspeção de riscos	(2.121)	(1.735)		
Despesa com apólices	(3.372)	(2.791)		
Despesa com cobrança	(3.655)	(3.211)		
Despesa com gerenciamento e assessoria	(1.603)	(1.609)		